

## V COLÓQUIO HISPANO-PORTUGUÊS DE ESTUDOS RURAIS

AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL E OS NOVOS MODELOS DE UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO

### “Impacto das Ajudas ao Investimento na Pequena Agricultura”

Cláudia Sofia Alves Pereira Ferreira

Escola Superior Agrária de Coimbra

#### Introdução

Desde a sua integração na Comunidade Europeia, em 1986, Portugal tem beneficiado de apoio comunitário regular, com a finalidade de reduzir as disparidades face aos padrões médios europeus. Esse apoio concretiza-se através da aplicação dos Quadros Comunitários de Apoio (QCA) estando presentemente a decorrer o QCA III que tem uma duração de sete anos (2000-2006).

Embora nos QCA precedentes existissem medidas que visavam o incentivo ao investimento nas pequenas explorações, somente neste QCA II é que foram concedidas, de forma específica, ajudas à agricultura familiar através da acção «*Diversificação na Pequena Agricultura*».

O apoio a este tipo de agricultura possui um aspecto fulcral na medida em que abrange inúmeras explorações, nomeadamente nas regiões do norte e centro do país.

Com o objectivo de analisar o Impacto da Ajudas ao Investimento na Pequena Agricultura foi realizado um estágio na Direcção Regional da Agricultura da Beira Litoral (DRABL) no Departamento de Serviços de Planeamento e Política Agro-Alimentar que decorreu entre 1 de Março e 31 de Outubro de 2002. O trabalho de campo decorreu entre 30 de Abril e 27 de Julho de 2002, em 6 freguesias do concelho de Oliveira de Frades tendo-se inquirido 37 agricultores que se tinham candidatado à componente Apoio à Pequena Agricultura, da *Acção 1 – Diversificação na Pequena Agricultura* inserida na Medida AGRIS.

Os objectivos primordiais do presente trabalho eram:

- Verificar em que medida as ajudas ao investimento na pequena agricultura, no âmbito da Medida AGRIS, contribuem para a reconversão das explorações em termos de sistemas de produção, tecnologias e estruturas;
- Analisar os procedimentos exigidos e a formatação da medida na perspectiva da acessibilidade aos destinatários e suas limitações inerentes;
- Analisar o impacto global da medida na manutenção do espaço rural e na economia local;
- Identificar prioridades de investimento, hipóteses de ajustamento da medida e acções complementares.

A necessidade do desenvolvimento desta investigação baseia-se na constatação da importância da agricultura familiar em regiões relativamente extensas de Portugal, nomeadamente no norte e centro do país, assim como da inexistência de trabalhos científicos com os objectivos aqui propostos.

## A necessidade das medidas de apoio à pequena agricultura

A Europa, para fazer frente às necessidades do pós Guerra Mundial criou, em 1957, a PAC que tinha por base um modelo produtivista, o qual visava o aumento da produção e da produtividade no sector agrícola através da aplicação de meios técnico-científicos adequados.

Com a Reforma da PAC em 1992 e, em especial, com a Nova Reforma (Agenda 2000) tentou-se minimizar as consequências do modelo inicialmente defendido para a PAC. Este modelo de desenvolvimento preconizado para a Europa originou acentuados desequilíbrios entre as regiões europeias e conduziu à desertificação social, económica e cultural de áreas marginalizadas pelas políticas de modernização agrícola. Com efeito, em 1991, mais de 80% das despesas comunitárias apenas beneficiavam 20% dos agricultores (que geralmente eram os mais ricos e os mais eficazes). Assim, os benefícios da PAC não estavam a chegar àqueles que mais precisavam, já que o sistema baseado na produtividade não conseguia dar apoio suficiente à grande maioria das explorações agrícolas de pequena dimensão e familiares (Comissão Europeia, c.2000)).

Convém ressaltar que desde a sua integração de na Comunidade Europeia (CE) em 1986, Portugal beneficia de apoio comunitário regular, com a finalidade de reduzir as disparidades face aos padrões médios europeus. Este apoio transcorreu em fases distintas: a primeira, relativa ao período de 1986 a 1988, designada de *Anterior Regulamento*, a segunda referente ao Quadro Comunitário de Apoio 1989-1993 (QCA I), e a terceira respeitante ao QCA 1994-1999 (QCA II). Cada QCA facultava diversos instrumentos de apoio que eram direccionados para os diferentes sectores da economia nacional.

É evidente que a utilização de tão elevados meios financeiros contribuiu para a dinamização de alguns sectores e estratos da agricultura nacional e proporcionaram melhorias estruturais e tecnológicas claras e cujo efeito é, na generalidade, considerado positivo (Pinto [s.d.]). Porém, actualmente, e após a aplicação de todos os instrumentos a que agricultura portuguesa teve acesso, ainda são visíveis algumas debilidades estruturais, das quais se destacam a (Ministério do Planeamento, 2000, p. 35) :

- Estrutura fundiária com predominio das pequenas e muito pequenas explorações, e fragmentação da propriedade florestal, dificultando, em muitas situações, uma produção eficiente, e conduzindo a uma fraca ligação de produção à indústria e dificuldade de inserção no mercado;
- Êxodo rural, com o conseqüente despovoamento de alguns territórios, conduzindo a um nível etário elevado dos produtores agrícolas, problema que é agravado pela sua baixa qualificação e formação profissional;
- Capacidade de investimento insuficiente, claramente dependente, em muitos segmentos, do sistema de incentivos;
- Dificuldade em assegurar continuidade e homogeneidade da oferta e o normal abastecimento dos mercados;
- Associativismo insuficiente e debilidade de alguns segmentos no sector cooperativo.

É neste cenário, que foi aplicado o QCA III, com uma duração de sete anos (2000-2006) e que se encontrava em consonância com o Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) (2000-2006). Durante este período, prevê-se que sejam

aplicados fundos estruturais comunitários, conjuntamente com os recursos nacionais públicos e privados, perfazendo um investimento total de cerca de 42 200 milhões de Euros (Ministério do Planeamento, 2000).

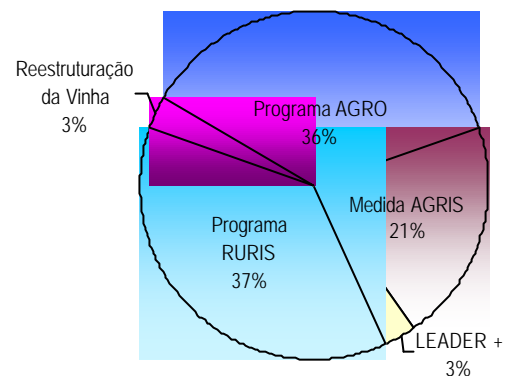
De entre os Instrumentos e Medidas de Apoio à Agricultura e ao Desenvolvimento Rural para 2000-2006, para o presente estudo, destacam-se os apoios referentes ao *Eixo 4* – “Promover o Desenvolvimento Sustentável das Regiões e a Coesão Nacional” do PDR, o qual tem sido aplicado através da Medida Agricultura e Desenvolvimento Rural dos Programas Operacionais (PO) Regionais (*Medida AGRIS*). Esta medida apresenta um carácter inovador, quer nos seus objectivos quer no seu conteúdo: por um lado está vocacionado para o apoio específico aos pequenos agricultores e suas organizações de forma desburocratizada; por outro lado, trata-se de um modelo de gestão regionalizada, visando o reforço da competitividade e multifuncionalidade das actividades produtivas (Agricultura Transmontana, 2000).

Como se pode constatar pela Fig. 1 a Medida AGRIS representa 21% do total da despesa pública orçamentada para o período de aplicação do QCA III. Se se tiver em conta os PO Regionais, constata-se que, para esta mesma medida, a dotação orçamental para a Beira Litoral representa 14,1% (cerca de 28 milhões de contos) da que será aplicada no continente.

Nesta medida «AGRIS» inclui-se um conjunto de acções ligadas às especificidades das zonas rurais e cuja gestão, decisão e

acompanhamento têm sido o mais próximo possível da realidade local, de forma a garantir uma maior eficiência na sua aplicação (Gomes, Neves, Raposo (1999, p. 77). Deste conjunto, ressalta a Acção «*Diversificação na Pequena Agricultura*», a qual está vocacionada para o apoio ao investimento na pequena agricultura familiar, nomeadamente o que expressa o carácter multifuncional das explorações. Esta acção é constituída por duas componentes: o *Apoio à Pequena Agricultura* e a *Diversificação de Actividades na Exploração Agrícola*. As ajudas disponibilizadas por estas componentes têm a seguinte finalidade (Portaria n.º 1109-E/2000, art. 2º):

- Permitir a melhoria dos rendimentos agrícolas e das condições de vida, de trabalho e de produção;
- Possibilitar a manutenção e reforço do tecido económico e social das zonas rurais;
- Promover o desenvolvimento de actividades e práticas potenciadoras do aproveitamento das condições edafo-climáticas regionais;
- Contribuir para a diversificação das actividades em pequenas explorações agro-florestais, tendo em vista viabilizar e desenvolver modelos de agricultura baseados na pluriactividade e no plurirendimento familiar;
- Promover ocupações múltiplas e rendimentos alternativos para famílias agricultoras, na medida em que contribuem para a manutenção do ambiente e do tecido social das zonas rurais.



**Fig. 1 – Repartição do Orçamento nacional e comunitário do QCA III**

Fonte: Adaptado de Gazeta das Aldeias, 2000, p. 44

Embora nos QCA precedentes existissem medidas que visavam o incentivo ao investimento nas pequenas explorações, somente no QCA III foram concedidas, de forma específica, ajudas à agricultura familiar através da acção anteriormente referida. O apoio a este tipo de agricultura possui um aspecto fulcral, na medida em que abrange inúmeras explorações, nomeadamente nas regiões do norte e centro do país. Na verdade, como se pode observar na Tabela 1 para a região da Beira Litoral, no âmbito da Medida AGRIS, deverão ser investidos 139,6 milhões de Euros (isto é, cerca de 28 milhões de contos). A repartição dos apoios reflecte de forma muito nítida as especificidades da região, predomínio de minifúndio, grande fragmentação e dispersão das parcelas, elevado peso da agricultura familiar, etc. Assim, as *Acções 1, 4 e 5* correspondem, respectivamente, a 17%, 27% e 26% dos apoios concedidos a esta região para o período de aplicação do QCA III, como se pode confirmar pela Tabela 1. Do mesmo modo, através da Fig. 2 é possível notar a incidência desses mesmos apoios na região centro.

Tabela 1 – Repartição orçamental para o PO Regional do Centro - Medida AGRIS (2000-2006)

<i>Acções no âmbito da Medida AGRIS</i>	Orçamento para a Beira Litoral (2000-2006)	
	Milhões de Euros	%
<b>Acção 1 – Diversificação na Pequena Agricultura</b>	<b>23,738935</b>	<b>17</b>
Acção 2 – Desenvolvimento dos Produtos de Qualidade	6,98204	5
Acção 3 – Gestão Sustentável e Estabilidade Ecológica das Florestas	12,567671	9
Acção 4 – Serviços à Agricultura	37,703014	27
Acção 5 – Gestão de Recursos Hídricos e Emparcelamento	36,306606	26
Acção 6 – Caminhos e Electrificação Agro-Rurais	8,378448	6
Acção 7 – Valorização do Ambiente e do Património Rural	11,171263	8
Acção 8 – Dinamização do Desenvolvimento Agrícola e Rural	2,792816	2
<b>TOTAL</b>	<b>139,64079</b>	<b>100</b>

Fonte: Construído com base em informação pessoal junto da DRABL

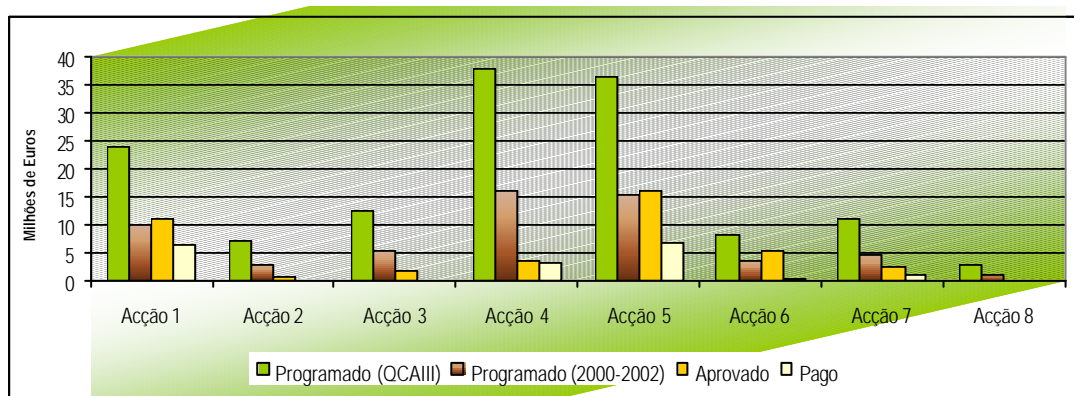


Fig. 2 - Ponto da Situação da Medida AGRIS na Beira Litoral (3-12-2002)

O objecto de análise deste trabalho é a acção direccionada especificamente à pequena agricultura familiar, a *Acção 1 – Diversificação na Pequena Agricultura*, nomeadamente uma das suas duas componentes, isto é, o *“Apoio à Pequena*

*Agricultura*", por ser aquela que mais adesão tem tido por parte dos agricultores, representando 100% das candidaturas entradas na DRABL.

Na Tabela 2 é possível observar a evolução desta acção na região centro. O facto do montante aprovado até à data (3-12-2002) ser superior à verba programada para o período de 2000-2002 vem reflectir em grande parte a elevada adesão que esta medida tem tido por parte dos agricultores das explorações de tipo familiar na região centro.

**Tabela 2 – Ponto da situação da Acção 1 (3-12-2002)**

		<b>Acção 1</b>	
		<b>Milhões de Euros</b>	<b>%</b>
<b>Programado (QCAIII)</b>		23,738935	100,0
<b>Programado (2000-2002)</b>		10,104256	42,6
	<b>Aprovado</b>	10,972028	108,6
	<b>Pago</b>	6,257258	61,9

Fonte: Construído com base em informação pessoal junto da DRABL

## **Metodologia**

O presente trabalho foi desenvolvido numa metodologia própria dos estudos exploratórios, tendo-se optado pelo método descritivo, uma vez que se pretendia conhecer as atitudes e opiniões dos agricultores face à componente em estudo e verificar qual tinha sido o impacto das ajudas ao investimento na pequena agricultura no concelho de Oliveira de Frades.

O concelho de Oliveira de Frades pertence ao distrito do Viseu, tem uma superfície de 148 km<sup>2</sup>, distribuídos por 12 freguesias tendo o trabalho de campo decorrido em seis freguesias desse concelho: Oliveira de Frades, Arcozelo das Maias, Souto de Lafões, São Vicente de Lafões, Pinheiro de Lafões e São João da Serra. Este concelho apresenta características de uma região do interior, pois a agricultura tem ainda um peso significativo nesta região, empregando 17,9% da população activa em 2001, quando o valor médio no país é de 5,0%.

O universo em estudo era constituído pelos projectos pagos referentes à componente Apoio à Pequena Agricultura da Acção 1 – Diversificação na Pequena Agricultura (Medida AGRIS), que deram entrada na DRABL no Departamento de Planeamento e Política Agro-Alimentar. Pelo facto do universo estar constantemente em evolução optou-se por seleccionar todos os projectos pagos compreendidos entre o período de 30 de Dezembro de 2000 e 28 de Junho de 2002, perfazendo um total de 73 projectos.

No que concerne aos vários métodos de amostragem não-probabilísticos existentes o mais adaptado aos condicionalismos do presente estudo foi a amostragem por conveniência. De facto, a impossibilidade prática de abranger toda a região, levou à necessidade de restringir a área de trabalho de campo, optando-se pela selecção das freguesias onde a actividade se

revelasse mais intensa e dinâmica, limitando, conseqüentemente, a oportunidade de todos os elementos da população serem incluídos na amostra. Neste sentido, só foram seleccionados os elementos que apresentassem uma elevada proximidade entre freguesias e um elevado número de projectos pagos por freguesia. A amostra utilizada foi constituída por 37 projectos, representando 50% do universo em estudo, tendo a selecção dos casos sido efectuada aleatoriamente.

Dos instrumentos de avaliação utilizados destacam-se a informação proveniente da análise dos 37 projectos, bem como dos inquéritos realizados aos titulares dos mesmos os quais foram administrados através de entrevistas informais. O inquérito era constituído por questões fechadas com um número alternativo de respostas (no caso de perguntas sensíveis - rendimento, subsídios). Nas restantes, utilizaram-se questões de resposta múltipla. Para verificar a adequação das respostas dadas pelos inquiridos às questões colocadas, efectuou-se um questionário teste. Este permitiu clarificar algumas questões dúbias, assim como ordená-las adequadamente.

Todo o procedimento que envolveu a recolha dos dados estabeleceu-se em etapas distintas. Consultou-se a base de dados do IFADAP através da DRABL, obtendo-se diversa informação crucial para a selecção da amostra em estudo: número total de projectos pagos no concelho de Oliveira de Frades; número total de projectos pagos por cada freguesia desse concelho. Numa outra etapa realizaram-se inquéritos aos beneficiários da componente em estudo, para obter informações sobre a aplicabilidade desta em cinco períodos distintos, os quais se encontram na Tabela 3. Para o tratamento dos dados utilizou-se a análise descritiva do programa Excel.

**Tabela 3 – Período de recolha de dados por inquérito**

<i>Período de Recolha de Dados</i>	<i>Inquérito teste</i>	<i>Realização dos inquéritos</i>			
	30-4-02	4-6-02	21-6-02	28-6-02	23-7-02

## **Apresentação e análise dos resultados**

### *Caracterização dos produtores*

População envelhecida: constatando-se que 21 (56,8%) dos 37 agricultores inquiridos tinham entre 45 e 65 anos de idade.

Abaixo dos 30 anos não se encontrou nenhum agricultor. Existiam 6 agricultores próximos ou em idade de reforma.

Nível de escolaridade baixo e inexistência de formação agrícola: pois 24 dos inquiridos (cerca de 65%) frequentaram unicamente o ensino primário mas apenas 17 o concluíram. Somente 2 dos inquiridos não tinham qualquer grau de ensino.

Além disso, verificou-se que nenhum dos agricultores apresentava qualquer formação específica na área agrícola.

Com débil espírito associativista: Dos 37 agricultores inquiridos, unicamente 5 eram associados de cooperativas agrícolas e nenhum pertencia a qualquer associação de desenvolvimento local. Ao longo das entrevistas verificou-se o desagrado por

parte dos agricultores em relação às cooperativas, quer a nível do escoamento dos produtos quer a nível da morosidade no pagamento, o que poderá estar relacionado com o reduzido associativismo dos agricultores.

Predomínio da mulher na dirigência da exploração: Em 54,1% dos projectos analisados a mulher era a dirigente da exploração. Esta titularidade não traduzia contudo, na maior parte dos casos, a responsabilidade efectiva pela gestão da exploração, resultando antes de uma adaptação aos critérios de elegibilidade das medidas de apoio ao investimento, aspecto também confirmado por Dinis (1995, p. 67).

Elevada % de agricultores a trabalhar a tempo inteiro na exploração: pela análise dos projectos apurou-se que cerca de 65% dos agricultores dedicavam todo o seu tempo de trabalho à exploração contudo, *in loco*, confirmou-se que tal não ocorria uma vez que alguns deles tinham outras ocupações, nomeadamente na construção civil. Para os que exerciam a sua actividade a tempo parcial na exploração, a agricultura era uma actividade complementar a outro sector económico (secundário ou terciário).

De uma forma geral, os agricultores mais novos permaneciam nesta actividade devido, essencialmente, à ligação afectiva que estes tinham às terras herdadas e/ou por considerarem que os produtos que produziam na exploração eram mais saudáveis do que aqueles que teriam de comprar se não os produzissem (segurança alimentar). Por seu lado, os agricultores mais velhos (reformados) consideram a agricultura como uma forma de ocupação do tempo livre, a qual lhes permite também o auto-sustento do agregado familiar.

Rendimento do agregado familiar é principalmente de origem exterior à exploração: representando 78,4% dos casos. Dos agricultores que apresentavam rendimentos exteriores à exploração, quando inquiridos acerca do seu rendimento não agrícola, 14 deles (37,8%) não respondiam à questão, o que vem confirmar o desagrado destes em mencionar o seu rendimento real. Convém referir que os inquiridos que apresentavam rendimentos mais elevados respondiam directamente à questão, enquanto que aqueles que apresentavam rendimentos inferiores só a muito custo se conseguia obter uma resposta.

### *Caracterização das explorações agrícolas*

100% das explorações são do tipo familiar.

Elementos do agregado familiar com diferentes níveis de participação no trabalho da exploração: para além do produtor, o agregado doméstico era constituído, em média, por 2,7 elementos. Estes elementos tinham diferentes níveis de participação no trabalho da exploração. Os filhos que estudavam ou trabalhavam no exterior não colaboravam ou colaboravam pontualmente no trabalho da exploração. Normalmente os pais e/ou sogros auxiliavam a tempo inteiro na exploração, uma vez que já se encontravam reformados. Em 7 casos verificou-se que os filhos trabalhavam a tempo inteiro na exploração, o que poderá possibilitar a continuidade desta a longo prazo. Da totalidade dos inquiridos apenas se verificaram 6 casos em

que a mão-de-obra utilizada na exploração agrícola era unicamente do agregado doméstico. Nas restantes explorações (31) o trabalho era realizado com recurso à entreatjada de familiares e vizinhos, ocorrendo em 5 casos a contratação de mão-de-obra eventual. Apenas numa exploração se utilizava o trabalho assalariado permanente para as diversas operações agrícolas.

Deficientes estruturas de produção: Constatou-se que 97,3% das explorações tinham menos de 5 ha de SAU e uma elevada fragmentação e dispersão dos seus blocos (12 blocos por exploração com uma área média de 0,26 ha). Convém salientar que 37,8% das explorações tinham um número de blocos superior à média.

Domínio da área de SAU nas explorações: A SAU representava 69,5% da área total (134,19 ha) das 37 explorações. Em 22 casos, a SAU representava mais de 80% da superfície total das explorações, dos quais 5 correspondiam mesmo a 100%. Nas situações em que a SAU correspondia a menos de 50% do total da superfície agrícola da exploração, a restante área era ocupada por floresta (principalmente eucaliptos) e pastagens. Este tipo de explorações possuíam terrenos que não permitiram a introdução de culturas e de animais mais rentáveis, devido à topografia acidentada desses terrenos e às características dos próprios solos (pobres e improdutos), o que levou os agricultores a procurarem alternativas económicas à actividade agrícola, em que a florestação foi uma delas. Outro factor que contribuía para que a área de cultivo nestas explorações fosse menor era a indisponibilidade de mão-de-obra familiar.

Grande diversificação da produção: as explorações analisadas caracterizavam-se, sobretudo, pela diversificação da produção. As actividades vegetais predominantes nas explorações eram os cereais e as forragens associados a bovinos (de leite e carne) e à avicultura (frangos de engorda e do campo), actividades que permitiam obter índices de rendimento superiores aos obtidos com a criação de outras espécies animais, como sejam os caprinos, ovinos, suínos e as aves de capoeira (essencialmente para o autoconsumo). Relativamente às actividades vegetais, o autoconsumo assenta sobretudo na batata e nos produtos da horta familiar.

### *Ajudas ao Investimento*

A ZA foi a grande responsável pela divulgação dos mecanismos de apoio ao investimento no sector agrícola, nomeadamente da accção em estudo: uma vez que 43,2% dos inquiridos obtiveram conhecimento deste tipo de ajudas através da zona agrária, 32,4% através de amigos/familiares tendo os restantes 24,3% inquiridos obtido informações através de outros meios.

Obter "ajuda no cultivo da terra" - principal motivo de candidatura à accção em estudo (mais de 70,0% das candidaturas): como se pode observar na Fig. 3. Este facto deve-se provavelmente à falta de mão-de-obra agrícola na região, uma vez que, segundo o RGA de 1999, a mão-de-obra agrícola diminuiu relativamente a 1989. Assim, com a aquisição de



equipamentos e alaias agrícolas esta lacuna é colmatada, permitindo do mesmo modo uma melhoria da qualidade do trabalho efectuado na exploração (mais rápido, mais fácil e com menor desgaste físico por parte do agricultor).

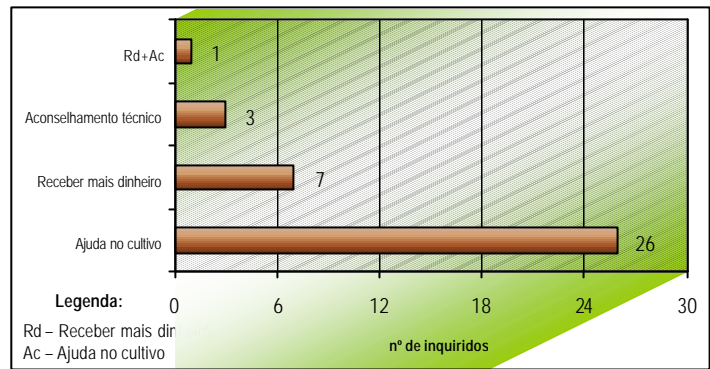


Fig. 3 – Motivo da candidatura

Tempo de decisão dos inquiridos: em 67,5% dos casos, o agricultor demorou menos de 3 meses a decidir a candidatar-se a esta componente desde que soube da sua existência. Este fenómeno pode explicar-se pelo facto do apoio a que se candidatou conceder a fundo perdido 50% do investimento.

Sem condições monetárias para investir na exploração: Na verdade, 67,6% dos inquiridos afirmaram que não teriam condições monetárias para realizar o investimento na sua exploração se não tivessem recebido a ajuda da acção em causa e os restantes que efectuavam o investimento apenas se limitavam a comprar o essencial para a sua actividade, uma vez que tinham falta de mão-de-obra e por possuírem um tractor que não respondia às necessidades actuais da exploração.

Melhoria das condições de vida e trabalho – principal vantagem da ajuda “apoio à pequena agricultura”: para 29 dos 37 inquiridos, como se pode observar pela Fig. 4.

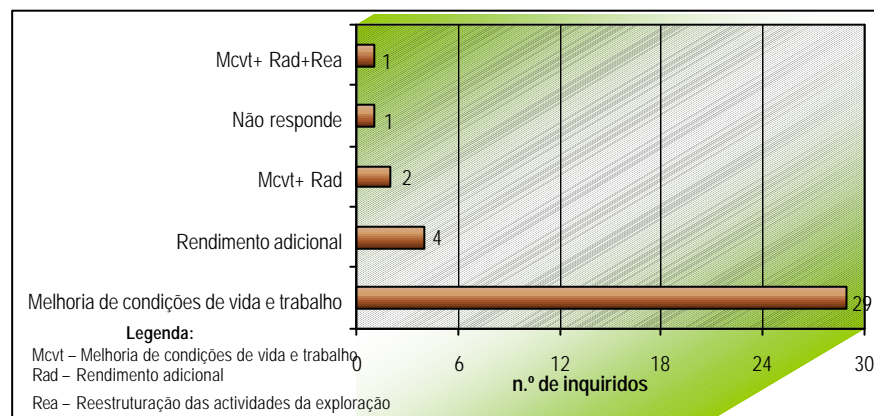


Fig. 4 – Principais vantagens das ajudas ao investimento

A tramitação dos projectos foi relativamente rápida: tendo-se verificado que 18 dos projectos demoraram 3 a 6 meses até serem aprovados, tendo apenas 3 demorado mais de 12 meses até obterem aprovação (Fig. 5). Convém salientar que a amostra analisada referia-se ao período inicial de implementação da componente da acção em estudo. Actualmente este período é mais longo, devido ao elevado número de candidaturas que deram entrada nos serviços da DRABL, os quais vieram estrangular o sistema. Foi igualmente confirmado, por um estudo realizado por técnicos da FENACAM – Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, que a morosidade da tramitação dos projectos se devia às constantes

alterações na legislação e nos processos, as quais não eram comunicadas atempadamente a todos os organismos envolvidos no sistema (FENACAM, 2001). No entanto, neste período não está contabilizado o tempo que decorre da aprovação da candidatura até ao pagamento da primeira tranche do subsídio ao agricultor. Esta particularidade, conduziu ao endividamento de alguns dos agricultores que tinham recorrido ao crédito bancário. Isto, sem dúvida, é também resultado do desconhecimento por parte dos agricultores de alguns aspectos da acção em estudo que, em algumas circunstâncias, permite o adiantamento das ajudas.

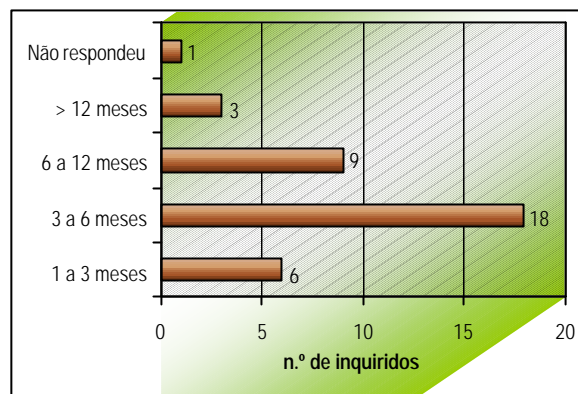


Fig. 5 – Tempo decorrido até à aprovação do projecto

O preenchimento da candidatura nunca foi feito pelo agricultor: possivelmente devido à baixa instrução deste ou ao desconhecimento dos mecanismos da acção a que se candidatava. De uma forma geral, sendo uma acção dirigida à pequena agricultura familiar, apresentava uma complexidade relativamente elevada ao nível dos tramites processuais, o que dificultava o entendimento por parte dos agricultores, levando-os a recorrer em 94,6% dos casos ao aconselhamento técnico facultado na ZA para o preenchimento das candidaturas.

Burocracia e duração do processo – principais limitações do processo de candidatura: aspectos que evidenciavam em parte a complexidade da estrutura da acção. Como se pode visualizar na Fig. 6, 22 inquiridos mencionaram a burocracia como o principal problema com que se debateram. Apenas 8 dos inquiridos referiram não terem encontrado nenhum problema no decorrer do processo de candidatura.

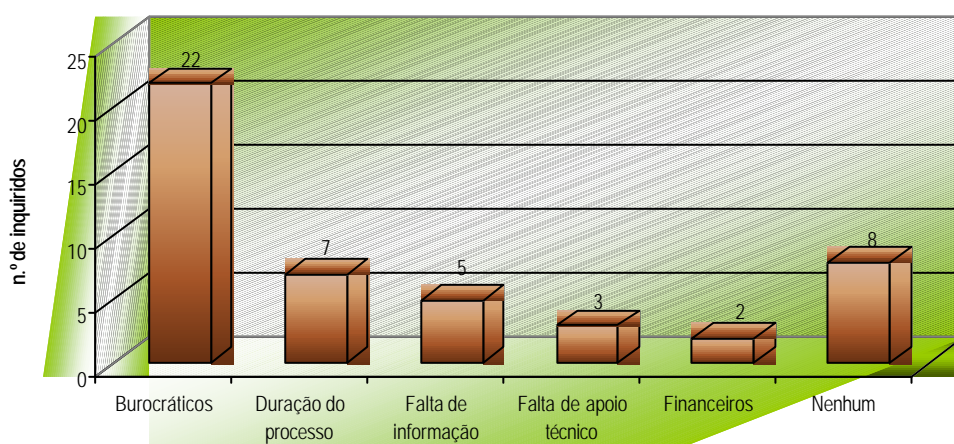


Fig. 6 – Problemas encontrados no decorrer do processo de candidatura

Disponibilidade dos agricultores reduzida: Através das entrevistas constatou-se que a disponibilidade dos agricultores era reduzida (pelas próprias razões da vida quotidiana) e agravada pela existência de um único dia semanal de atendimento ao

público por parte dos serviços da ZA. Esta situação, fazia com que os agricultores fossem obrigados a deslocarem-se à ZA mais próxima (Vouzela) implicando conseqüentemente mais custos e dispêndio de tempo.

Falta de informação sobre a acção: Apesar de 78,4% dos inquiridos afirmarem ter suficiente informação sobre a acção a que se candidataram, durante as entrevistas realizadas os agricultores não demonstraram conhecimento sobre aspectos relevantes da acção, dos quais poderiam ter tirado proveito. Dos que mencionaram não ter suficiente informação, referiram a necessidade de receber panfletos e boletins informativos sobre as ajudas ao investimento.

Montantes de investimento elevados: Como se pode observar pela Tabela 4, a maior parcela dos projectos analisados (40,6%) correspondiam a investimentos propostos de montantes iguais ou superiores a 20.000 euros (4.000 contos), seguindo-se os projectos com investimentos compreendidos entre 10.000 e >20.000 euros e de investimentos inferiores a 2.500 euros.

**Tabela 4 – Distribuição dos projectos por escalão de investimento proposto**

Escalão (em euros)	Número de projectos	%
Até 2.500	7	18,9
[2.500 – 5.000[	4	10,8
[5.000 – 10.000[	3	8,1
[10.000 – 20.000[	8	21,6
>= 20.000	15	40,6
<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>100,0</b>

De uma forma geral, os investimentos mais elevados correspondiam à aquisição de tractores ou de tractores e alfaías agrícolas. Os montantes mais reduzidos eram normalmente referentes à aquisição de pequenas alfaías.

Em 16,2% dos projectos analisados, os investimentos elegíveis eram diferentes dos investimentos inicialmente propostos, pelo facto de não obedecerem aos critérios de elegibilidade dos investimentos.

Recurso a capital próprio no investimento: Na realização do investimento, 43,2% dos agricultores recorreram a capital próprio e 35,1% a crédito particular (familiares mais próximos) (Fig. 7). É importante referir que 78,4% dos agricultores tinham rendimentos exteriores à exploração (reformas, pensões e ordenado) sendo assim possível o auto-financiamento com fundos próprios. A adesão ao crédito a familiares justificava-se pela inexistência de pagamento de juros e pela ausência de data limite para o pagamento, o que não acontecia no crédito bancário.

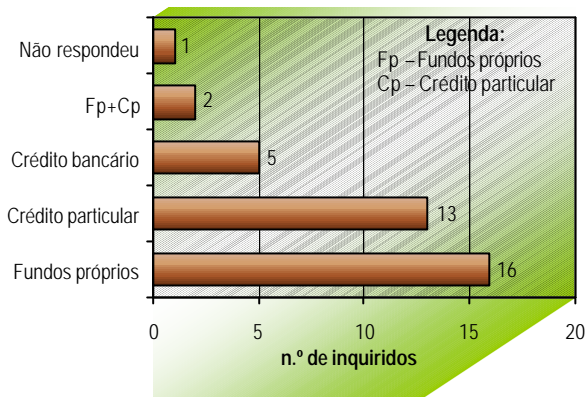


Fig. 7 – Origem do autofinanciamento

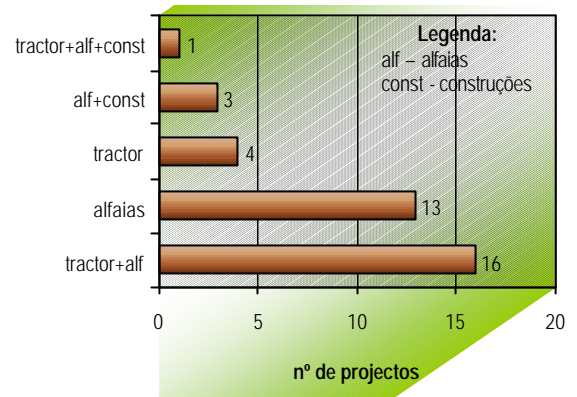


Fig. 8 – Tipo de investimento pretendido no projecto

Investimentos elevados em equipamentos e alfaias agrícolas: Pela análise dos projectos denotou-se o interesse dos agricultores em adquirir e/ou renovar equipamentos e alfaias agrícolas, destacando-se o investimento em tractores, charruas, fresas e reboques. Assim, como se pode observar na Fig. 8, 13 dos agricultores investiram exclusivamente em alfaias agrícolas, 16 em tractores e alfaias e 4 unicamente em tractores.

O tractor era utilizado para realizar todos os trabalhos agrícolas na exploração, nomeadamente, na mobilização do solo, para o transporte de estrume e de adubos para as parcelas, bem como no transporte de mato. Somente 6 agricultores referiram que alugavam o seu tractor a outras explorações. A potência dos tractores mais frequentemente requerida nos projectos era a compreendida entre os 35 e 45 cv (14 projectos), 4 dos agricultores investiram em tractores com potência inferior ou igual a 30 cv e 3 em potências iguais ou superiores a 50 cv. A necessidade de tão elevada potência poderá dever-se ao facto da maior parte dos terrenos das explorações terem inclinações acentuadas (não esquecer que as explorações estão inseridas numa região montanhosa) e apresentarem uma área florestada elevada. Outro motivo que poderá contribuir para esta situação era o reduzido número de tractores em stock, nas casas comerciais, com as características do tractor inicialmente propostas no investimento, conduzindo os agricultores a comprar tractores com potências superiores às inicialmente previstas.

Desinteresse de investir em infra-estruturas para exploração: Como se pode confirmar pela Fig. 8 apenas 4 (10,8%) dos inquiridos executaram investimentos em construções ou realizaram melhorias nas já existentes. Esta percentagem vem confirmar o desinteresse por parte dos agricultores deste tipo de investimento e/ou o desconhecimento da possibilidade de concorrer a esse tipo de subsídios.

Manutenção dos sistemas de produção: Após o investimento, 10 dos agricultores inquiridos referiram ter aumentado a área de cultivo. Nas restantes 27 explorações não se verificou qualquer alteração da área cultivada. Em 33 explorações o encabeçamento animal não foi alterado após o investimento. As principais razões referidas pelos inquiridos para o não aumento da área cultivada e do número de animais da exploração foram os baixos rendimentos que se obtinham na agricultura, em consequência dos reduzidos preços pagos ao agricultor, dos elevados custos com os factores de produção e

da falta de escoamento dos produtos agrícolas. Outros justificaram tal facto por não terem disponibilidade de tempo, uma vez que possuíam outra actividade exterior à exploração.

Desinteresse na realização de novos investimentos na exploração: Após o investimento previsto no projecto, apenas 4 dos 37 inquiridos tornaram a investir novamente na exploração, sendo que 2 deles compraram alfaías agrícolas, um aumentou a área da arrecadação e outro não referiu que tipo de investimento tinha realizado. É de referir que estes investimentos posteriores ao projecto não foram financiados por nenhum programa comunitário, tendo os inquiridos pago 100% das despesas dos investimentos. A elevada percentagem de inquiridos (89,2%) que não realizaram mais nenhum investimento na exploração agrícola após a execução do projecto da acção a que tinham concorrido, pode dever-se ao desconhecimento por parte destes da possibilidade de realizar uma nova candidatura à acção em estudo, à falta de recursos económicos ou simplesmente porque consideraram desnecessário um novo investimento na exploração.

## Conclusões

Embora a amostra utilizada represente 50% da população em estudo, o risco de generalização dos resultados deve ser tido em atenção. O mais correcto ainda é dizer-se que os resultados obtidos são válidos apenas para as 6 freguesias do concelho de Oliveira de Frades, onde decorreu o trabalho de campo.

Os produtores apresentavam idades avançadas, compreendidas entre 45 e 65 anos, possuíam um baixo nível de escolaridade, nenhum apresentava formação específica na área agrícola e apresentavam um débil espírito associativista.

Constatou-se o domínio do sexo feminino na dirigência da exploração. Todavia, como também foi evidenciado por Dinis (1995, p. 67), esta titularidade não traduzia, na maior parte dos casos, a responsabilidade efectiva pela gestão da exploração, resultando antes de uma adaptação aos critérios de elegibilidade da acção.

De uma forma geral, os agricultores mais novos permaneciam nesta actividade devido, essencialmente, à ligação afectiva que estes tinham às terras herdadas e/ou por considerarem que os produtos que produziam na exploração eram mais saudáveis do que aqueles que teriam de comprar se não os produzissem (segurança alimentar). Por seu lado, os agricultores mais velhos (reformados) consideram a agricultura como uma forma de ocupação do tempo livre, a qual lhes permite também o auto-sustento do agregado familiar.

Comprovou-se que o rendimento do agregado familiar, em 78,4% dos casos, provinha principalmente do exterior da exploração, tendo a agricultura um papel secundário na formação do rendimento do total.

As explorações tinham predomínio de mão-de-obra familiar e recorriam frequentemente ao auxílio prestado pelos vizinhos nas épocas mais críticas de produção (sementeiras/colheitas).

As explorações apresentavam deficientes estruturas de produção, traduzidas por reduzida dimensão da propriedade agrícola e elevada fragmentação e dispersão da mesma. Existia uma grande diversificação de produção, em que as

actividades vegetais predominantes eram os cereais e as forragens associadas à criação de bovinos (de leite e de carne) e à avicultura.

Com a realização deste trabalho constatou-se que o objectivo primordial da acção em estudo ("Acção 1 – Diversificação na Pequena Agricultura"), permitir a melhoria dos rendimentos agrícolas e das condições de vida, de trabalho e de produção, foi plenamente conseguido, na medida em que 86,5% dos agricultores inquiridos a referiram como a principal vantagem da acção em causa.

Constatou-se que a acção em estudo não proporcionou de forma geral, a curto/médio prazo, a reconversão das explorações em termos de sistemas de produção e estruturas, ao contrário do que aconteceu em termos tecnológicos. Na realidade, comprovou-se que os sistemas de produção não sofreram alterações após o investimento, tendo unicamente ocorrido esporadicamente o aumento da área cultivada e/ou aumento do encabeçamento na exploração. Esta falta de reconversão das explorações em termos de sistemas de produção deveu-se, em grande medida, à falta de mão-de-obra familiar. Verificou-se que em muitos casos eram os próprios pais a aconselharem os filhos a dedicarem-se a outra actividade, uma vez que a agricultura, para além de ser uma actividade árdua e que proporcionava baixos rendimentos, era também socialmente desvalorizada.

Os pais/sogros auxiliavam nas explorações a tempo inteiro mas, devido à sua idade avançada e problemas de saúde, não conseguiam dar vazão a todas as tarefas agrícolas. No caso dos produtores de idade avançada, geralmente sem sucessor e que não manifestavam qualquer intenção de reconversão da exploração em termos de sistemas de produção, a agricultura era mantida como uma forma de ocupação e subsistência, sendo geralmente complementada com outras fontes de rendimento. Só nos casos em que os filhos trabalhavam a tempo inteiro na exploração (18,9% dos casos) é que será possível a reconversão e continuidade da exploração a longo prazo. Outro entrave à reconversão identificado, foi a indisponibilidade de tempo por parte do produtor, uma vez que este possuía outra actividade exterior à exploração. Para além do que foi referido, a topografia acidentada dos terrenos e as características dos solos (pobres e improdutos) também podem contribuir para a não reconversão dos sistemas de produção das explorações.

Relativamente à reconversão das estruturas, apenas 10,8% dos inquiridos executaram investimentos em construções ou realizaram melhorias nas já existentes. Esta percentagem vem confirmar o desinteresse por parte dos agricultores deste tipo de investimento e/ou o desconhecimento da possibilidade de concorrer a esse tipo de subsídios.

No que se refere à reconversão tecnológica, esta já foi possível pois, 89,2% dos agricultores adquiriram equipamentos e/ou alfaías agrícolas, destacando-se o investimento em tractores, charruas, fresas e reboques. Este facto deveu-se, em grande parte, à falta de mão-de-obra familiar e à indisponibilidade de tempo por parte do produtor. Esta reconversão tecnológica, como foi referida pelos agricultores, permitiu a melhoria das suas condições de vida e de trabalho na exploração.

A zona agrária foi a grande responsável pela divulgação dos mecanismos de apoio ao investimento no sector agrícola, nomeadamente da acção em estudo (Acção 1 - Diversificação na Pequena Agricultura).

Apesar de 78,4% dos inquiridos afirmarem ter suficiente informação sobre a acção a que se candidataram, durante as entrevistas realizadas os agricultores não demonstraram conhecimento sobre aspectos relevantes da acção. Portanto, considera-se pertinente a aposta em acções de informação e formação no âmbito dos apoios ao investimento, para um melhor aproveitamento das ajudas.

O tempo decorrido até à aprovação do projecto foi relativamente curto. Mesmo assim, alguns agricultores tiveram de recorrer ao crédito bancário.

De uma forma geral, sendo uma acção dirigida à pequena agricultura familiar, verificou-se uma complexidade relativamente elevada ao nível dos tramites processuais. A dificuldade de entendimento por parte dos agricultores, levou-os a recorrer em 94,6% dos casos ao aconselhamento técnico, facultado na zona agrária, para o preenchimento das candidaturas. Na generalidade, os agricultores referiram a burocracia e a duração do processo como os principais entraves ao seguimento da sua candidatura.

Adverte-se para a necessidade de aumento do número de dias de atendimento ao público por parte dos serviços da zona agrária de Oliveira de Frades, uma vez que um único dia semanal é insuficiente para suprir a necessidade de apoio técnico aos agricultores do concelho.

Em 40,6% dos projectos, os montantes propostos de investimento foram iguais ou superiores a 20.000 euros. Este valor é relativamente elevado para o tipo de agricultura que é praticada nestas explorações (agricultura familiar), mas há que ter em conta que com este apoio o agricultor apenas pagava metade do investimento. Na verdade, se não existisse este tipo de apoio, 67,6% dos agricultores nunca teriam disponibilidade financeira para o realizarem.

Para realizarem o projecto, 43,2% dos agricultores recorreram a capital próprio e 35,1% a crédito particular. O auto-financiamento com fundos próprios foi possível devido aos rendimentos exteriores à exploração do agregado familiar (reformas, pensões e ordenado). A adesão ao crédito a familiares foi a alternativa para os agregados que não possuíam capitais próprios.

Após o investimento, cerca de 90% dos agricultores não realizaram mais nenhum investimento na sua exploração. As razões apontadas por estes para tal facto são o desconhecimento da possibilidade de realizar uma nova candidatura à acção em estudo, a falta de recursos económicos ou simplesmente porque consideravam desnecessário um novo investimento.

A acção *Diversificação na Pequena Agricultura* possibilita que os agricultores tenham outras ocupações para além da agricultura, proporcionando aos mesmos o plurirendimento. Nesta perspectiva, esta acção contribuiu significativamente para



o não abandono da agricultura e conseqüente fixação da população nos meios rurais, conduzindo assim à manutenção do espaço rural e da economia local.

A pequena agricultura familiar tem ainda um peso significativo nas regiões norte e centro do país. Neste sentido seria interessante que houvesse a continuidade do presente estudo, de forma a permitir um conhecimento mais profundo acerca do impacto das ajudas ao investimento na pequena agricultura familiar e a forma mais acertada de intervir no meio rural de modo a permitir a reconversão das explorações agrícolas.

## Referências bibliográficas

- Agricultura Transmontana: Boletim Informativo** (2000). Mirandela: DRATM. N.º 49/50 (Setembro/Outubro 2000), p. 1-2.
- COMISSÃO EUROPEIA [c. 2000]. Direcção Geral da Agricultura – **A política agrícola comum: promover a agricultura e as zonas rurais da Europa: continuidade e mudança**. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais da Comunidade Europeia, [c. 2000]. ISBN: 92 – 828 – 4300 - 9.
- DINIS, Maria Isabel Ribeiro (1995) – **Os produtos tradicionais de qualidade e o desenvolvimento rural: a denominação de origem “Queijo Serra da Estrela”**. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Agronomia, 1995. Tese de Mestrado em Economia Agrária e Sociologia Rural.
- FENACAM – Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo (2001) – Novos apoios ao investimento agrícola: a receptividade dos agricultores. **Espaço Rural**. Lisboa: CONFAGRI. N.º 22 (Maio/Junho – 2001), p. 32-33.
- Gazeta das Aldeias: Revista Centenária do Mundo Rural** (2000). Alverca do Ribatejo: Gazeta das Aldeias, S.A.. n.º 3086 . Ano 105 (Julho, Agosto, Setembro 2000). ISSN: 0870-9203. p. 44.
- GOMES, Jorge L. M.; NEVES, Maria Silvína G. das; PAPOSO, Margarida F. V. (1999) – **A PAC e a política de desenvolvimento rural no contexto da AGENDA 2000**: Cadernos de Divulgação n.º 5. Coimbra: DRABL. 1999.
- MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO (2000) – **Quadro Comunitário de Apoio III (QCA III): Portugal 2000 - 2006**. Lisboa: Direcção Geral de Desenvolvimento Regional, 2000. ISBN: 972 – 9352 – 46 – 1. Cap. II, p. 22, 35, 41 e 72.
- PORTARIA n.º 1109-E/2000. **Diário da República I Série B** 274 (27-11-2000), p. 6730 (16-20).
- POLIT, Denise F.; HUNGLER, Bernadette (1995) – **Fundamentos de pesquisa em enfermagem**. 3ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

## Informação computadorizada

- PINTO, Armando Sevinate [s.d.] – A integração europeia da agricultura portuguesa. In **Artigos de Opinião**. [Em linha]. [Consult. 10-6-2002]. Disponível no WWW:<URL:http://www.agroges.pt/ op
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2000b) – **Recenseamentos gerais da agricultura: dados comparativos 1989-1999**. [Lisboa]: INE, 2000. 1 CDRom.